



ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING ESPM SOCIAL

Relatório de Pesquisa

A Saúde Mental de Pessoas Transgênero Sob a Ótica dos ODSs

São Paulo - SP

27/06/2023

GPS - GRUPO DE PESQUISA SOCIAL
Professor Responsável: Carlos Frederico Lúcio

Pesquisadores Responsáveis (Discentes)

2023.1

Isadora Maria Cimino Romão (Coordenador Discente)

André Krassuski Fonseca

Eduardo de Freitas R. Camargo

Giovanna Casa Nova Xerfan

Nicolli Damaceno Silva

Vitória Sereicikas Loyola

Orientadores da pesquisa (Docentes)

Professor Dr. Marcos da Silva e Silva

Professor Dr. Marcus Nakagawa

Orientador Convidado (Discente)

Doutorando Fernando Jorge Silva

RESUMO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 720 milhões de pessoas sofrem com doenças mentais em todo o mundo. Percebe-se como um desafio da sociedade a problemática da saúde mental, uma vez que o cenário é agravado pela negligência da população em relação aos transtornos mentais. Portanto, é importante promover uma discussão acerca do tema. A presente pesquisa busca discutir e analisar a saúde mental das pessoas trans, tendo em vista que, de acordo com dados da Agência Brasil, a organização não governamental Grupo Arco-Íris, prestou assistência psicológica a 2.530 pessoas durante a pandemia, e, entre elas, 884 eram pessoas trans. Para a elaboração da pesquisa, foi utilizado o método quantitativo, no qual houve a realização de um formulário com perguntas abertas e fechadas que obteve, em sua amostragem, 26 respondentes, que trouxeram em suas respostas pautas sobre os desafios da promoção da saúde mental para a população trans. Como método qualitativo, utilizamos um evento criado pela própria equipe: “Semana da Empregabilidade Trans”, no qual os três dias de palestras foram analisados minuciosamente e relacionados com a saúde mental de pessoas trans.

Em suma, evidenciou-se como a pauta de saúde mental é um tema complexo e pouco abordado. Dentro das respostas coletadas, houve a percepção de distintas realidades, mas que, como um todo, explicitaram como as organizações de saúde atualmente estão agindo para garantir os direitos de pessoas trans de acesso a programas de saúde mental adequados.

Palavras-Chave: saúde mental, pessoas trans, desafios, organizações de saúde, acesso

ABSTRACT

According to the World Health Organization (WHO), approximately 720 million people worldwide suffer from mental illnesses. The problematic issue of mental health is perceived as a societal challenge, exacerbated by the population's neglect towards mental disorders. Therefore, it is important to promote a discussion on this topic. The present research aims to discuss and analyze the mental health of transgender individuals, considering that, according to data from the Brazilian news agency Agência Brasil, the non-governmental organization Grupo Arco-Íris provided psychological assistance to 2,530 people during the pandemic, of which 884 were transgender individuals. The research was conducted using a quantitative method, which involved the administration of a questionnaire comprising open-ended and closed-ended questions. The sample consisted of 26 respondents who brought forth issues regarding the challenges of promoting mental health for the transgender population. As for the qualitative method, we organized an event called "Trans Employability Week," during which three days of lectures were carefully analyzed and linked to the mental health of transgender individuals.

In summary, it became evident that the topic of mental health is complex and often under-addressed. Within the collected responses, various realities were perceived, but as a whole, they highlighted how healthcare organizations are currently taking action to ensure the rights of transgender individuals to access appropriate mental health programs.

Keywords: mental health, transgender individuals, challenges, healthcare organizations, access.

RESUMEN

Según la Organización Mundial de la Salud (OMS), alrededor de 720 millones de personas en todo el mundo sufren de enfermedades mentales. Se percibe como un desafío de la sociedad el problema de la salud mental, ya que la situación se agrava debido a la negligencia de la población con respecto a los trastornos mentales. Por lo tanto, es importante promover una discusión sobre el tema. La presente investigación busca discutir y analizar la salud mental de las personas trans, teniendo en cuenta que, según datos de la Agencia Brasil, la organización no gubernamental Grupo Arco-Íris brindó asistencia psicológica a 2,530 personas durante la pandemia, y de ellas, 884 eran personas trans. Para la elaboración de la investigación, se utilizó el método cuantitativo, en el cual se realizó un formulario con preguntas abiertas y cerradas que obtuvo una muestra de 26 encuestados, quienes aportaron en sus respuestas temas sobre los desafíos de la promoción de la salud mental para la población trans. Como método cualitativo, utilizamos un evento creado por el propio equipo: "Semana de Empleabilidad Trans", en el cual se analizaron detalladamente los tres días de conferencias y se relacionaron con la salud mental de las personas trans.

En resumen, se evidenció cómo el tema de la salud mental es complejo y poco abordado. Dentro de las respuestas recopiladas, se percibieron diferentes realidades, pero que en su conjunto dejaron en claro cómo las organizaciones de salud están actuando actualmente para garantizar los derechos de las personas trans de acceder a programas de salud mental adecuados.

Palabras clave: salud mental, personas trans, desafíos, organizaciones de salud, acceso.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	7
1. INTRODUÇÃO	8
1.1 A Equipe	8
1.2 Importância do projeto	8
2. METODOLOGIA	9
2.1 Método Quantitativo	9
2.1.1 Coleta de Dados	10
2.2 Método Qualitativo	10
2.2.1 Semana da Empregabilidade Trans	10
2.3.1 Coleta de dados na Semana da Empregabilidade Trans	11
3. REFERENCIAL TEÓRICO	11
3.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	12
3.1.1 Lista dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU	12
3.2 Transgeneridade e Gênero	13
3.3 Direitos Humanos e Desigualdade Social	14
3.4 Saúde Mental	15
4. PESQUISA	16
4.2 Pesquisa Quantitativa	16
4.2.1 Análise das Perguntas Fechadas da Pesquisa Quantitativa	17
4.2.2 Análise das Perguntas Abertas da Pesquisa Quantitativa	29
4.3 Pesquisa Qualitativa	32
4.3.1 Análise da Semana de Empregabilidade Trans	32
4.3.2 Empregabilidade	33
5. RELAÇÃO COM OS ODS	34
5.1 Objeto de Desenvolvimento Sustentável 3: Saúde e Bem-Estar	35
5.2 Objeto de Desenvolvimento Sustentável 5: Igualdade de Gênero	37
5.3 Objeto de Desenvolvimento Sustentável 10: Redução das Desigualdade	38
6. CONCLUSÃO	40
7. BIBLIOGRAFIA	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Idade dos Respondentes

Gráfico 2: Gênero dos Respondentes

Gráfico 3: Cidade que os Respondentes Residem

Gráfico 4: Uso do Nome Social nos Atendimentos de Saúde

Gráfico 5: Doenças Mentais que os Respondentes são/já foram acometidos

Gráfico 6: Locais Onde Os Respondentes Buscam Atendimento

Gráfico 7: Respeito ao Nome Social

Gráfico 8: Procura de Atendimento

Gráfico 9: Acolhimento Pelo Profissional

Gráfico 10: Profissional de Saúde Compreende a Identidade de Gênero

Gráfico 11: Discriminação por Profissionais de Saúde

Gráfico 12: Desencorajamento por Experiências Negativas

Gráfico 13: Profissionais Capacitados

Gráfico 14: Políticas Educativas

Gráfico 15: Programas de Promoção de Saúde Mental

Gráfico 16: Atendimento Efetuado Por Equipe Multidisciplinar

Gráfico 17: Qualidade das Ações

1. INTRODUÇÃO

A equipe tinha vários temas de pesquisa em mente, como o atendimento a pessoas trans que vivem com HIV no sistema de saúde pública de SP, empregabilidade de pessoas trans, entre outros. Foi decidido que o tema mais viável seria retratar o cenário da empregabilidade trans em SP, contudo, muitas ONGs não forneceram respostas.

Não seria possível fazer uma pesquisa científica sem a colaboração de respondentes, por isso, a equipe precisou se adaptar e enxergar uma saída para essa situação. Foi decidido então que seria utilizada a pesquisa quantitativa realizada pelo orientador Marcos, com o tema “A Saúde Mental de Pessoas trans sob a Ótica dos ODS”, que foi entendido ter muita relação com o que a equipe procurava, já que todos os temas pensados antes falavam sobre pessoas trans e o bem-estar das mesmas em algum nível.

1.1 A Equipe

O Grupo de Pesquisa Social (GPS) é um projeto especial, criado em 2017, do Centro ESPM de Desenvolvimento Socioambiental (CEDS) e executado pelos voluntários da ESPM Social. Seu principal objetivo é a produção de uma pesquisa semestral associando a temática socioambiental ao marketing. No primeiro semestre de 2023, o tema selecionado para o projeto foi “A Saúde Mental de Pessoas Trans Sob a Ótica dos ODSs”. Este estudo foi realizado com o objetivo de compreender a importância da saúde mental de pessoas trans e trazer visibilidade ao assunto, relacionando-o diretamente com alguns dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

O tema da pesquisa “A Saúde Mental de Pessoas Trans Sob a Ótica dos ODSs”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Social, alinha-se aos objetivos estratégicos da ESPM Social, usando o conhecimento como uma ferramenta transformadora de realidades sociais.

1.2 Importância do projeto

Conforme a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde mental é um conjunto de condições emocionais, psicológicas e sociais que promovem uma sensação de bem-estar ao indivíduo. Esta é uma área ampla onde diversos estudos e discussões são feitas diariamente com o propósito de propagar este conhecimento dentro da sociedade. Ademais, o projeto busca entender as vivências e contribuir com uma melhor compreensão das necessidades de um grupo selecionado de pessoas trans para estimular a promoção de igualdade, de direitos e de bem-estar psicológico no contexto social.

Além de desempenhar um papel de suporte e contribuir para a promoção de uma sociedade mais igualitária, a pesquisa busca relacionar o tópico de saúde mental com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a fim de verificar se as medidas adotadas pelas organizações de saúde estão contribuindo com o apelo global de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e assegurar que todas as pessoas possam desfrutar de paz e de prosperidade, evidenciando esses fatores em relação ao grupo pesquisado.

2. METODOLOGIA

A pesquisa de tema “A Saúde Mental de Pessoas Transgênero Sob as Óticas dos ODSs” foi elaborada e estruturada no começo do primeiro semestre de 2023. A metodologia adotada foi o método quantitativo por meio da análise da pesquisa “Desafios da Promoção da Saúde Mental para População Travesti” desenvolvida pelo Professor Dr. Marcos da Silva e Silva, tal como a análise do evento “Semana da Empregabilidade Trans”, realizado na Escola Superior de Propaganda e Marketing pelo Grupo de Pesquisa Social da ESPM Social, que buscava entender a visão das pessoas trans em relação à saúde mental e vivências atreladas ao mercado de trabalho e acadêmico.

2.1 Método Quantitativo

A pesquisa quantitativa é utilizada quando há a necessidade de questionar determinado público em busca de dados numéricos para validar hipóteses ou rejeitá-las. O método também é aplicado para conhecer o comportamento do público estudado. Durante o processo, é enviado um questionário para o público selecionado - neste caso a amostra utilizada é a maior possível -, que

responde perguntas direcionadas ao tema da pesquisa. Desta forma, o método é utilizado para mensuração ou quantificação dos dados.

Dado as informações, entende-se que o método de pesquisa quantitativo foi o mais adequado para a pesquisa, com o objetivo voltado a validar as hipóteses criadas assim como para validar se existem, ou não, relações entre conceitos e variáveis. No caso da pesquisa vigente, o método quantitativo foi aplicado a fim de validar e mensurar a saúde mental da população trans e travesti entrevistada.

2.1.1 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada com base na pesquisa “Desafios da Promoção da Saúde Mental para População Travesti”. As respostas foram divididas entre perguntas abertas e fechadas e analisadas minuciosamente, realizando as devidas associações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mais adequados. Por fim, com o método quantitativo, é confeccionado um documento com análises e conclusões dos dados adquiridos durante a pesquisa.

2.2 Método Qualitativo

O método qualitativo é utilizado para a descrições e análises não numéricas de um determinado fenômeno. Sua metodologia consiste na investigação e análise de uma amostra menor, se comparado com o método quantitativo, para poder compreender uma realidade ou comportamento de um grupo. O processo pode ocorrer de diversas formas, desde entrevistas individuais até etnografias. Nesta pesquisa, foi realizada a análise do evento “Semana da Empregabilidade Trans”, realizado no primeiro semestre de 2023, na Escola Superior de Propaganda e Marketing, pelo Grupo de Pesquisa Social da ESPM Social.

2.2.1 Semana da Empregabilidade Trans

A Semana da Empregabilidade Trans foi um evento que ocorreu nos dias 8, 9 e 10 de maio de 2023 e foi organizado e executado pela equipe do Grupo de Pesquisa Social da agência

de voluntariado universitário ESPM Social. O evento contou com palestras e entrevistas com ativistas sociais influentes da transgeneridade como Neon Cunha, pensadora e ativista independente; Gabriela Augusto, reconhecida pela lista “*Forbes under 30*” e consultora de inclusão e diversidade; Bernardo Gonzales, colunista no portal Mídia Ninja, professor e ativista pelos direitos de pessoas transgênero e Guadalupe Pereira, estudante da ESPM, ativista e *trainee* no Itaú.

O objetivo do evento foi trazer visibilidade e discutir sobre a pauta de empregabilidade para pessoas trans, relacionando com os índices de saúde e igualdade.

2.3.1 Coleta de dados na Semana da Empregabilidade Trans

Cada dia do evento teve a presença de um convidado diferente, sendo o primeiro dia com Guadalupe Pereira, o segundo com Neon Cunha e Gabriela Augusto e o terceiro e último com Bernardo Gonzales. Durante a conversa, foram realizadas anotações e gravações das falas de cada palestrante, a fim da obtenção de material para a posterior análise presente no relatório vigente. As perguntas foram elaboradas de acordo com o perfil de cada convidado focando nas vivências e trajetórias profissionais e acadêmicas dos palestrantes.

As principais questões feitas para os convidados e utilizadas para análise neste relatório foram: “Como é ser uma pessoa trans trabalhando para o estado?” “Você mencionou ser colunista em sites como Ludopédio e Mídia NINJA. Como você usa essas plataformas para divulgar sua mensagem e lutar pelos direitos trans e LGBT+?” “Como foram as suas experiências de processos seletivos? Você sentiu que teve as suas experiências profissionais e acadêmicas valorizadas?” “Você acha que as empresas oferecem suporte (emocional, financeiro, saúde) para pessoas transgênero? De que modo e como foi sua experiência?”

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A princípio, a pesquisa se relaciona com os ODS 3, de Saúde e Bem-estar, 5, de Igualdade de Gênero, e 10, de Redução de Igualdades. Além disso, foram empregados também outros recursos, como os princípios da OMS e da UNICEF relacionados à pauta de saúde mental e o livro "Orientações Sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos" de Jaqueline de Jesus

(2012), que serviu como base para a compreensão dos conceitos acerca deste tema. Ainda assim, na segunda etapa da coleta de dados da pesquisa, sendo ela a qualitativa, além de utilizar os ODS, também foi utilizado o uso da Semana de Empregabilidade Trans, evento realizado no primeiro semestre de 2023, na Escola Superior de Propaganda e Marketing, pelo Grupo de Pesquisa Social da ESPM Social.

Em virtude disso, os ODS foram fundamentais para uma maior compreensão dos impactos sociais acerca da saúde mental de pessoas trans. Já os artigos, textos e livros utilizados, foram essenciais para traçar a linha de estudo dos conceitos relacionados a este tema e os dados coletados, que trouxeram uma compreensão mais ampla sobre a realidade de pessoas trans.

3.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em 2016, a Organização das Nações Unidas (ONU) determinou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para os 193 Estados membros da organização. Este trata-se de um plano de ação global para combater a fome, a desigualdade social, a pobreza extrema e ampliar a educação e a qualidade de vida para todos até o ano de 2030.

3.1.1 Lista dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

De acordo com o site oficial da ONU, os 17 ODSs são:

- ODS 1 - Erradicação da Pobreza - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável - Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
- ODS 3 - Saúde e Bem-Estar - Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- ODS 4 - Educação de Qualidade - Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- ODS 5 - Igualdade de Gênero - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- ODS 6 - Água Limpa e Saneamento - Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da

água potável e do saneamento para todos.

- ODS 7 - Energia Acessível e Limpa - Garantir o acesso a fontes de energia confiáveis, sustentáveis e modernas, com preços viáveis, para todos.
- ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico - Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.
- ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- ODS 10 - Redução das Desigualdades - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.
- ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis - Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.
- ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis - Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.
- ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima - Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
- ODS 14 - Vida na Água - Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- ODS 15 - Vida Terrestre - Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade.
- ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.
- ODS 17 - Parcerias e Meio de Implementação - Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Os objetivos nos quais a pesquisa terá foco principal são o ODS 3, ODS 5 e ODS 10, referentes à saúde e bem-estar, igualdade de gênero e redução de desigualdades, respectivamente.

3.2 Transgeneridade e Gênero

A fim de definir os termos de Transgeneridade e Gênero, utilizamos o livro "Orientações Sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos" de Jaqueline de Jesus (2012). Essa fonte é altamente confiável, pois a autora, além de fazer parte da comunidade, sendo transgênero, é uma pesquisadora e doutora especializada no assunto. Conseqüentemente, essa obra é amplamente referenciada em diversos outros artigos. Na obra, a autora apresenta o conceito de transgeneridade e suas ramificações.

De acordo com Jaqueline de Jesus, gênero é definido como uma categorização pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. No que diz respeito à definição de transgeneridade, trata-se de um conceito "guarda-chuva" que engloba um grupo diversificado de pessoas que, em diferentes graus, não se identificam com os comportamentos e/ou papéis de gênero esperados que foram atribuídos a elas ao nascer.

O livro em questão foi importante para nossa pesquisa, tendo em vista que ele traz a definição e o melhor entendimento desses termos, que foram utilizados ao longo do nosso estudo. O seu uso foi necessário, pois, apesar do IBGE ser uma instituição de referência para dados estatísticos e informações demográficas, ele não traz uma definição desses termos específicos.

Em relação à legislação aplicada, existe uma Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual, criada em 2009 pelo Decreto Estadual nº 54.032, com o objetivo de elaborar políticas públicas para a promoção dos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais e homens trans – LGBTQIA+. Entre as legislações, a Lei Estadual N 10.948 de 05 de novembro de 2001, dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências. Em seu artigo número 1: “Será punida, nos termos desta lei, toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero”.

3.3 Direitos Humanos e Desigualdade Social

Conforme a UNICEF, os direitos humanos são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos. Eles governam a maneira como os indivíduos vivem em

comunidade e entre si, além de regular sua relação com o governo e as obrigações que este possui em relação a eles.

Há um conjunto de 30 artigos da UNICEF na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo o Artigo 25 sobre a saúde, dizendo: “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.”.

O Artigo 1 declara: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.”.

O Artigo 7 dos Direitos Humanos também frisa: “Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.”.

Essas definições são relevantes para nossa pesquisa porque, ao relacionar com o tema dela, que discute a saúde mental de pessoas trans, e defender a igualdade e proteção das pessoas perante a lei, percebe-se que se encaixam na definição de direitos humanos o acesso à saúde em suas diversas vertentes, incluindo a mental.

Outrossim, em relação à legislação aplicada, o Decreto 8.727/2016 e a Resolução 270/2018 do CNJ garante o direito das pessoas trans de serem identificadas conforme sua identidade de gênero e que sejam tratadas pelo seu nome social em repartições e em órgãos públicos federais, o que proporciona um melhor acesso a serviços de saúde, além de estimular e facilitar a integração social. Neste segmento, o art. 3º, IV, da Constituição Federal, estabelece o direito à igualdade, frizando respeito à diferença e a não discriminação, analogamente relacionados à livre expressão sexual. Desse modo, as leis mencionadas possuem o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos das pessoas trans, propiciando a redução de desigualdades sociais presentes na sociedade.

3.4 Saúde Mental

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde mental “é um estado de bem-estar mental que permite às pessoas lidar com o estresse da vida, realizar suas habilidades, aprender bem e trabalhar bem e contribuir para sua comunidade”. A saúde mental é um direito humano que todos devem ter e é extremamente importante para o desenvolvimento das pessoas.

Como parte dos deveres dos governos para promover a saúde mental para a sociedade está proporcionar o bem-estar mental de todos e o cuidado com pessoas com problemas de saúde mental. Estes cuidados devem ser feitos de maneira qualificada, acessível e baseados na comunidade para que ajudem a prevenir violações dos direitos humanos. Neste contexto, é importante que haja serviços que integrem cuidados com a saúde mental dos pacientes, assim como serviços comunitários de saúde mental, como reabilitação psicossocial, serviços de apoio a pares e serviços de vida assistida.

O relatório e pesquisa analisam como as definições e deveres em relação à saúde mental, baseadas na OMS e nos ODSs escolhidos, relacionam-se com o grupo de pessoas trans selecionados, buscando verificar a qualidade, acessibilidade e inclusão nos atendimentos para o mesmo.

Adicionalmente, a legislação referente à saúde mental no Brasil indica que todos os cidadãos, pela lei Nº 10.216, de 06 de abril de 2001, têm direito ao “melhor tratamento do sistema de saúde” de forma concordante com suas necessidades, assim garantindo auxílio profissional no que se diz respeito a sua saúde mental. Na lei, consta também que o tratamento deve ser com humanidade e respeito, tendo como único interesse o benefício da saúde do indivíduo, de modo que se alcance sua recuperação “pela inserção na família, no trabalho e na comunidade”. Além desta, tem-se também a lei Nº 10.708, de 31 de julho de 2003, que “institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações”. Na lei, busca-se a garantia de reinserção na sociedade, do indivíduo que foi internado, por meio do auxílio monetário, provendo o benefício pela duração de um ano e podendo ser renovado. Simultaneamente, o beneficiado deve adotar as regras do programa e tem “a atenção continuada em saúde mental, na rede de saúde local ou regional”. Assim, entende-se que as leis sobre saúde mental no Brasil dispõem de cobertura dos atendimentos necessários para tratamento e reinserção na sociedade, garantindo o auxílio de profissionais de saúde mediante necessidade.

4. PESQUISA

Esta seção busca analisar as pesquisas quantitativas e qualitativas realizadas para a elaboração do estudo. A análise da pesquisa quantitativa teve o total de 26 respondentes e foi dividida em perguntas abertas e perguntas fechadas, com o objetivo de facilitar a análise. Em relação à pesquisa qualitativa, foi realizada uma análise do evento da Semana da Empregabilidade Trans promovido pelo Grupo de Pesquisa Social da agência de voluntariado universitário ESPM Social.

4.2 Pesquisa Quantitativa

A pesquisa quantitativa tem como objetivo atingir o maior número de pessoas para se ter dados próximos da realidade. Essa análise quantitativa foi feita por meio de um questionário da pesquisa “Desafios da Promoção da Saúde Mental para População Travesti” desenvolvida pelo Professor Dr. Marcos da Silva e Silva.

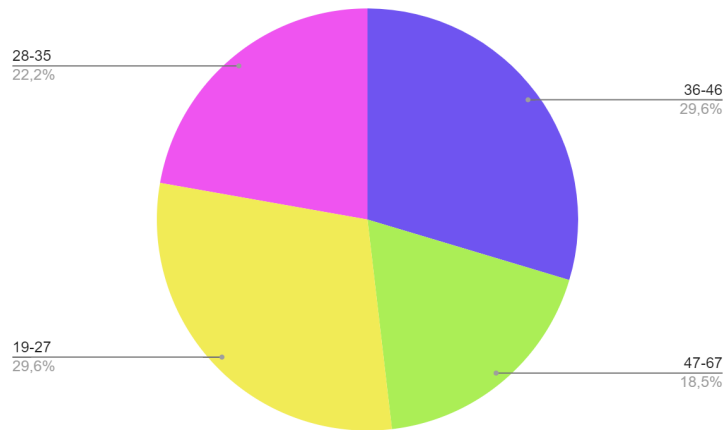
Dentro do livro “Métodos e Técnicas de Pesquisa Social”, Antônio Carlos Gil (1987), professor Titular de História da América da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), descreve o questionário como técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre aquilo que se quer investigar. Dessa forma, o grupo concluiu que este seria o melhor método para se obter resultados relevantes para a elaboração deste relatório.

4.2.1 Análise das Perguntas Fechadas da Pesquisa Quantitativa

O método quantitativo consistiu na análise das perguntas fechadas dentro da pesquisa “A Saúde Mental de Pessoas Trans Sob as Óticas dos ODSs”.

- Qual é a sua idade?

Gráfico 1: Idade dos Respondentes



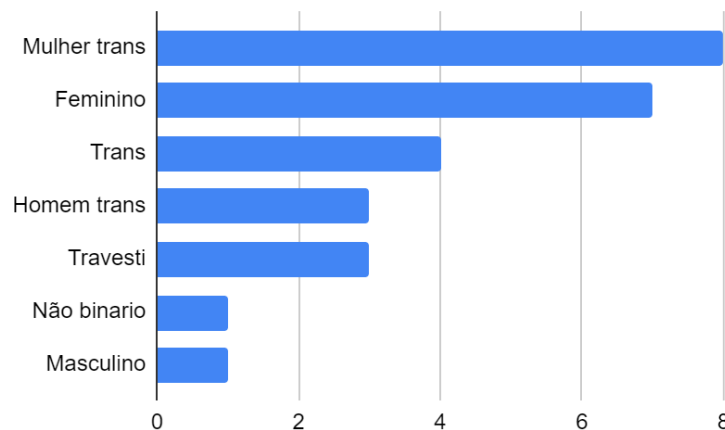
Fonte: Autoria Própria

Nota-se que a grande parte dos respondentes tem entre 19 a 27 anos (29,6%) e 36 a 46 anos (29,6%).

- Qual é o seu gênero?

Dentre as respostas coletadas, teve-se uma variedade de gêneros, incluindo: feminino, homem trans, masculino, mulher trans, não binário, mulher, trans e travesti. Nestas, há uma maioria entre “mulher trans” (29,6%) e “feminino” (22,2%).

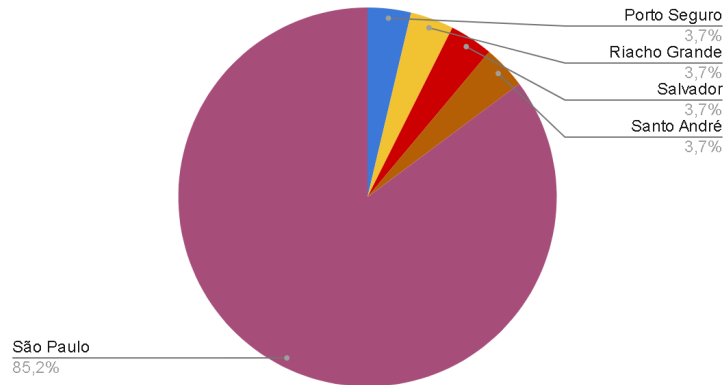
Gráfico 2: Gênero dos Respondentes



Fonte: Autoria Própria

- Em qual cidade você reside?

Gráfico 3: Cidade que os Respondentes Residem



Fonte: Autoria Própria

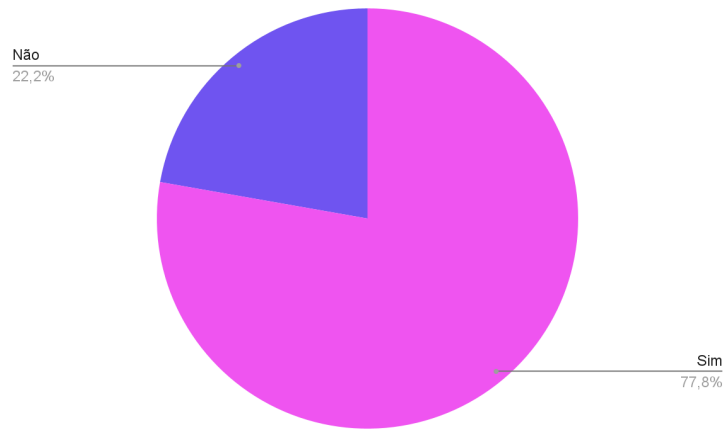
Na pergunta três, vê-se que a maior parte do público da pesquisa é residente de São Paulo (85,2%), mas também houve respostas como Porto Seguro (3,7%), Santo André (3,7%), Riacho Grande (3,7%) e Salvador (3,7%).

- Qual a sua profissão?

As profissões que apareceram foram: autônomo, profissional do sexo, garota de programa, acompanhante, chefe de cozinha, maquiadora, estudante, atriz, cabeleireira, sem profissão, empreendedor, atendimento, restauradora de peças de coleção e arte, tatuador, balconista de farmácia e aposentada. É importante destacar que também houve a resposta “sou beneficiária do transcidadania”, mas teve que ser descartada por não se configurar como uma profissão, uma vez que beneficiários são aqueles que recebem algum benefício de algo, neste caso, o Transcidadania. Entre as profissões encontradas, as que tiveram maior quantidade de respostas foram autônomo (18,5%), protituição (18,5%) e estudante (14,8%).

- Você usa nome social nos atendimentos de saúde?

Gráfico 4: Uso do Nome Social nos Atendimentos de Saúde



Fonte: Autoria Própria

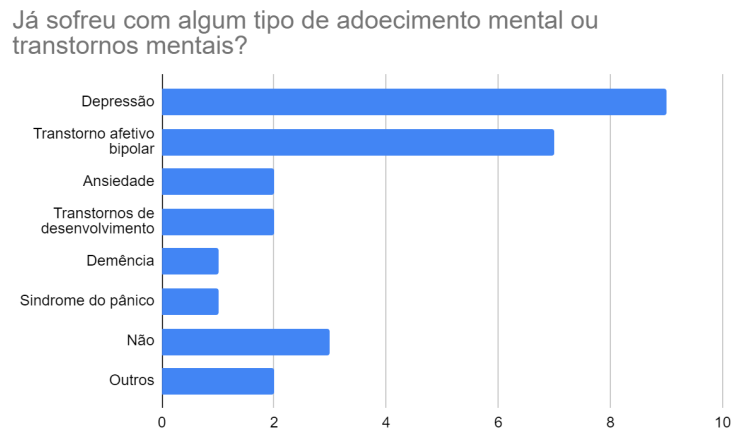
A resposta revela que 77,8% das pessoas entrevistadas usam seu nome social nos atendimentos de saúde, mesmo assim, 22,2% dos respondentes não têm o nome social utilizado.

- Você gostaria de falar seu nome social?

Nas respostas, quatro pessoas (aproximadamente 15% dos respondentes) indicaram já ter o nome retificado, enquanto o resto respondeu seu nome social.

- Você já sofreu com algum tipo de adoecimento mental ou transtornos mentais?

Gráfico 5: Doenças Mentais que os Respondentes são/já foram acometidos

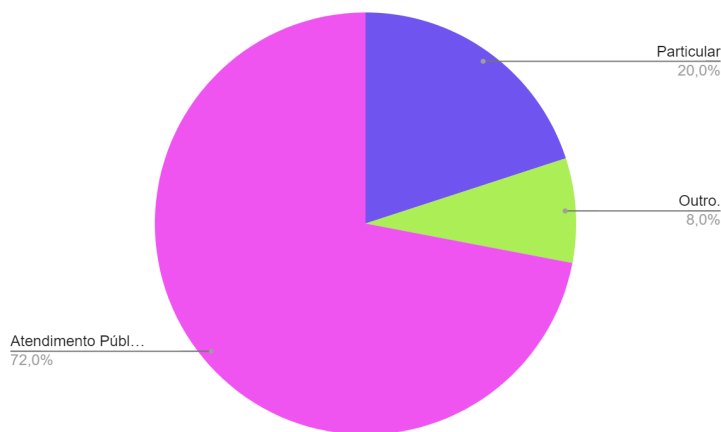


Fonte: Autoria Própria

Dentre os transtornos mentais relatados, os mais proeminentes foram depressão (30,8%) e transtorno afetivo bipolar (26,9%), mas também apareceram relatos de demência, deficiência intelectual, transtornos de desenvolvimento, não ter sofrido de nenhum tipo de transtorno ou adoecimento e “outros”, o que totaliza 42,3% dos nossos respondentes.

- Onde você busca atendimento sobre saúde mental?

Gráfico 6: Locais Onde Os Respondentes Buscam Atendimento

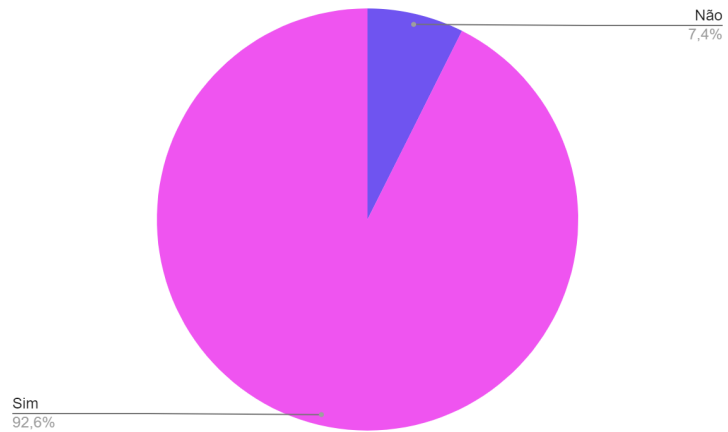


Fonte: Autoria Própria

Os dados demonstraram uma maior busca por atendimento para saúde na esfera pública, contando com 73,1% dos respondentes, enquanto 19,2% buscaram na esfera particular e 7,7% responderam outros.

- Em atendimento nas unidades de saúde, houve respeito à utilização do seu nome social?

Gráfico 7: Respeito ao Nome Social

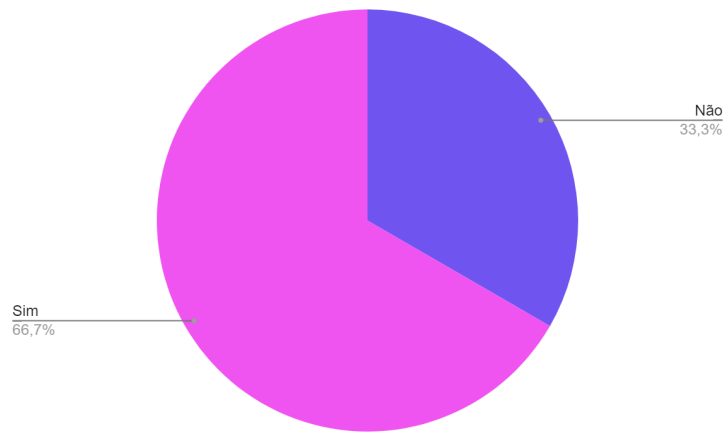


Fonte: Autoria Própria

No questionário, 92,6% das respostas indicaram que tiveram respeito na utilização do nome social nas unidades de saúde, enquanto 7,4% não tiveram seu nome social respeitado.

- Você já procurou atendimento de saúde mental?

Gráfico 8: Procura de Atendimento

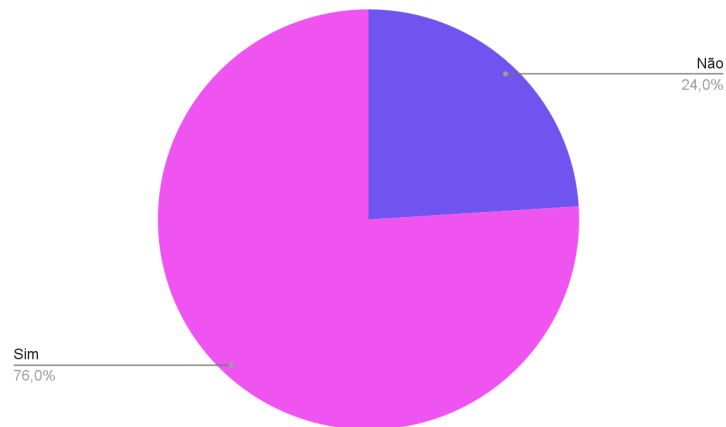


Fonte: Autoria Própria

Analisando as perguntas vigentes, é possível concluir que a maior parte das respondentes já procuraram por um atendimento de saúde mental (65,4%). As outras 34,6% não o buscaram. Isso pode ser devido ao receio de não se sentirem à vontade no ambiente e por outros relatos e experiências próprias.

- Caso positivo, na pergunta anterior, você se sentiu acolhido(a) pelo(a) profissional de saúde?

Gráfico 9: Acolhimento Pelo Profissional

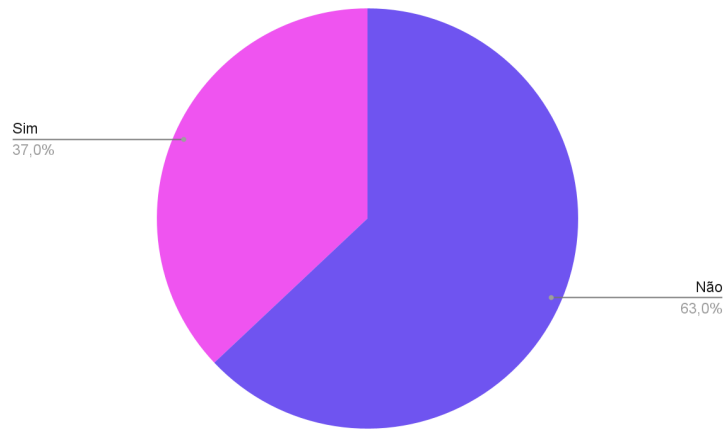


Fonte: Autoria Própria

A maioria dos respondentes relataram terem se sentido acolhidos pelos profissionais de saúde, representando 76% das respostas. Os outros (24%) que tiveram uma resposta negativa podem se relacionar ao fato da falta de acolhimento e por falhas em questões técnicas no funcionamento do SUS, como demora no atendimento, falta de médicos e etc, de acordo com relatos da pesquisa.

- Nos atendimentos de saúde mental, você já sentiu que o (a) profissional não compreendia sua identidade de gênero e os anseios relativos a ela?

Gráfico 10: Profissional de Saúde Compreende a Identidade de Gênero

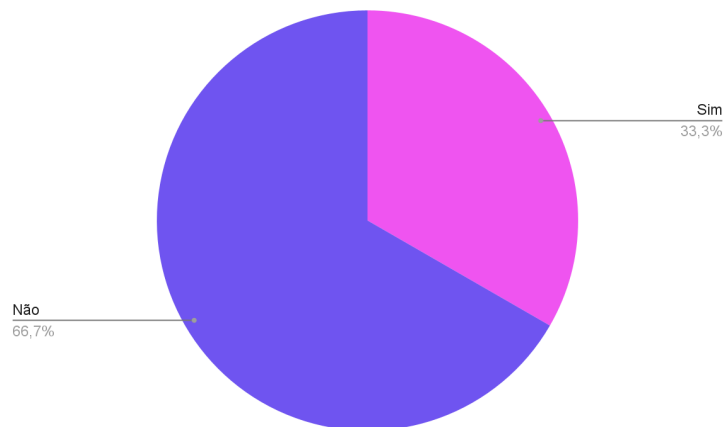


Fonte: Autoria própria

A maioria dos respondentes (65,4%) relatam que se sentiram incompreendidos pelos profissionais de saúde perante suas respectivas identidades de gênero, o que pode estar relacionado com os relatos de alguns respondentes sobre casos de transfobia e a falta de utilização de seus respectivos nomes sociais.

- Você já sofreu discriminação ou preconceito por profissionais de saúde mental devido à sua identidade de gênero?

Gráfico 11: Discriminação por Profissionais de Saúde

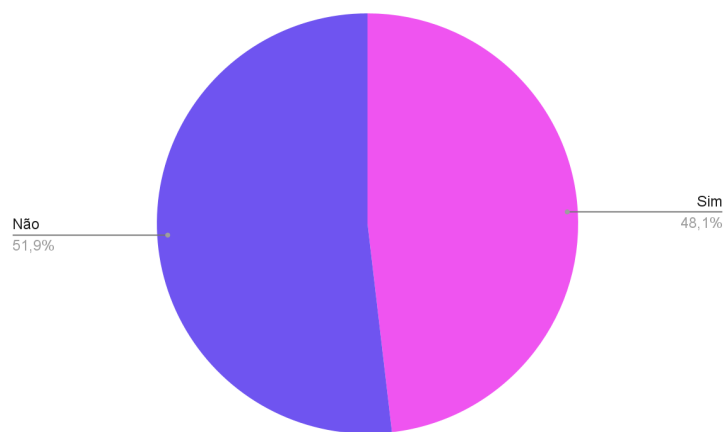


Fonte: Autoria Própria

Entre as respostas recebidas no formulário, é possível analisar que a maior parte das pessoas trans (69,2%) já sofreram discriminação/preconceito por parte dos profissionais da saúde; os outros (30,8%) dizem não ter sofrido. Portanto, percebe-se que o fato de serem pessoas trans afeta no tipo de atendimento que recebem de profissionais da saúde.

- Você já se sentiu desencorajado(a) a buscar atendimento de saúde mental por experiências negativas anteriores ou de pessoas próximas?

Gráfico 12: Desencorajamento por Experiências Negativas

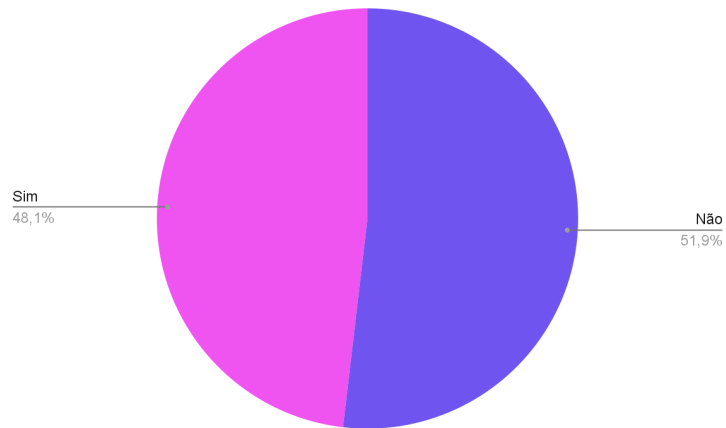


Fonte: Autoria Própria

Nesta pergunta, houve um equilíbrio entre as respostas. Foram 46,2% positivas, enquanto as negativas somam 53,8%. A partir das respostas, pode-se entender que uma boa parte dos entrevistados se sentiu desencorajado a buscar atendimentos de saúde mental, mas a maioria deles demonstrou que este não foi um problema enfrentado.

- Você acredita que existe um número suficiente de profissionais de saúde mental capacitados para atender a população trans e travesti?

Gráfico 13: Profissionais Capacitados

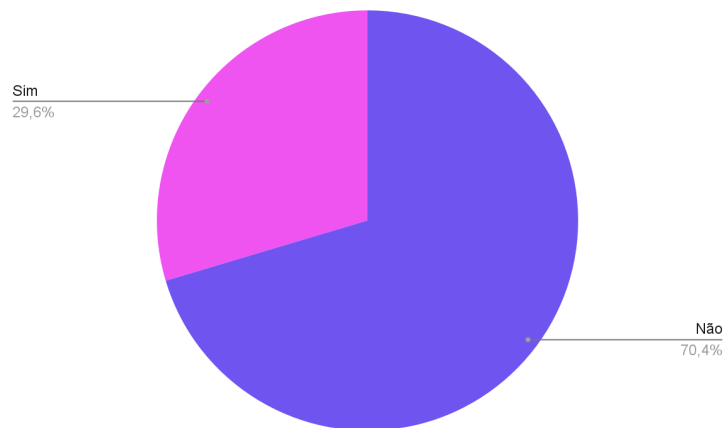


Fonte: Autoria Própria

As respostas coletadas mostraram uma divisão de pensamentos na questão dada. Nesta, metade dos respondentes relataram que acreditam que existe um número suficiente de profissionais de saúde capacitados para atender a população trans e travesti, enquanto a outra metade discorda. Logo, percebe-se pensamentos distintos em relação ao caso levantado, demonstrando a incerteza sobre o assunto na comunidade.

- Você possui conhecimento se, no município, existe alguma política educativa de saúde que melhore a visibilidade e o respeito à população trans e travesti?

Gráfico 14: Políticas Educativas

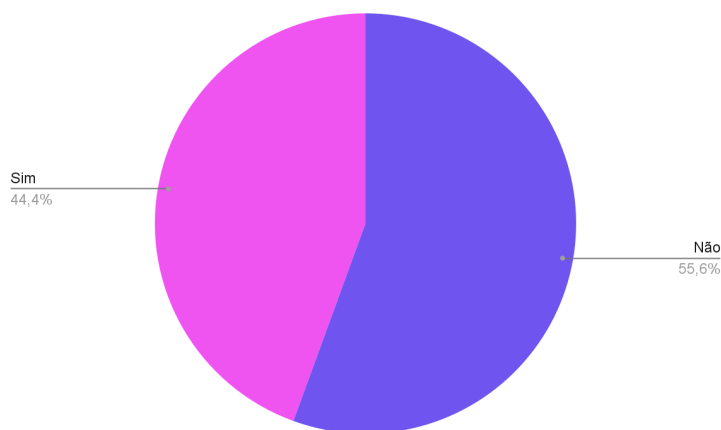


Fonte: Autoria Própria

Percebe-se que a maioria das respostas coletadas são negativas, representando 69,2% dos respondentes, enquanto os restantes 30,8% trazem respostas positivas. O resultado revela a falta de conhecimento ou existência de políticas educativas de saúde que melhorem a visibilidade e o respeito à população trans e travesti no município.

- Você vê, nos municípios, programas de promoção de saúde mental voltados à população travesti?

Gráfico 15: Programas de Promoção de Saúde Mental

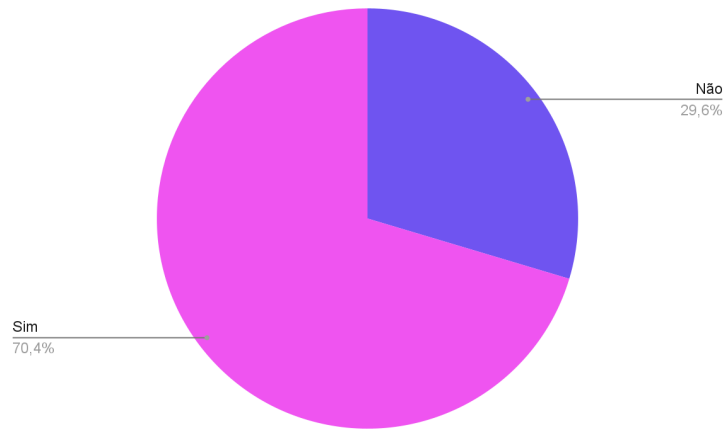


Fonte: Autoria Própria

Ao analisar as perguntas em vigor, conclui-se que parte das pessoas respondentes (55,6%) relatam não ter conhecimento de programas de saúde mental voltados à população travesti. Os outros respondentes (44,4%) dizem ter conhecimento sobre esses programas.

- O atendimento à população trans e travestis é efetuado por equipe multidisciplinar?

Gráfico 16: Atendimento Efetuado Por Equipe Multidisciplinar

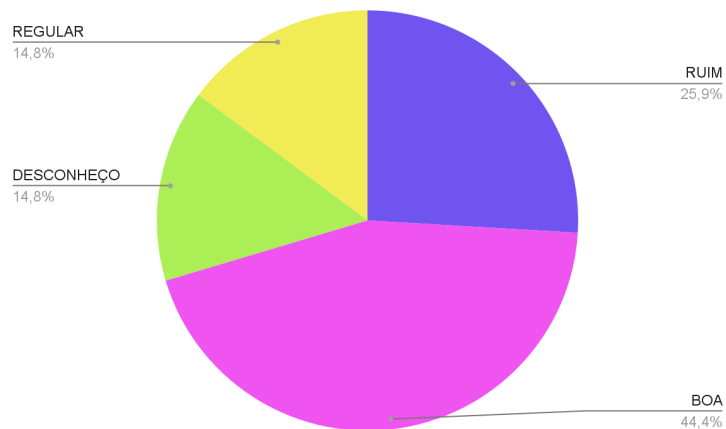


Fonte: Autoria Própria

Com base nos resultados apresentados, a maioria dos respondentes (69,2%) indica que o atendimento a pessoas trans e travestis é realizado por uma equipe multidisciplinar, ou seja, uma equipe formada por pessoas que trabalham em âmbitos diferentes. No entanto, uma parcela significativa (30,8%) nega essa afirmação, o que sugere que o tipo de atendimento que eles recebem difere da maioria.

- Como você avalia a forma de aplicação e a qualidade das ações de promoção de saúde mental ofertados para a população trans e travestis no município?

Gráfico 17: Qualidade das Ações



Fonte: Autoria Própria

Com base nos resultados obtidos, podemos observar que a maioria dos respondentes considera as formas de aplicação e a qualidade das ações de promoção de saúde oferecidas a eles como boas (44,4%). Outras respostas incluem considerações como "regulares" (14,8%) e "ruins" (25,9%). Além disso, alguns dos respondentes relataram "Desconheço", o que sugere uma falta de conhecimento por parte dessa parcela da população e uma falta de incentivo dos programas para alcançar esse público com informações relevantes.

Um fator a ser destacado é a ausência de respostas classificadas como "péssimas", o que pode ser interpretado como um ponto positivo para o sistema.

4.2.2 Análise das Perguntas Abertas da Pesquisa Quantitativa

- Como foi o atendimento a partir do seu transtorno mental?

Como em muitas avaliações de atendimento ao público, há divergências nas respostas dos respondentes, sendo que alguns o avaliam positivamente e outros negativamente. Para algumas pessoas, o atendimento foi descrito como "desrespeitoso", "horrível" e "nada fácil", enquanto outros descrevem como "muito bom", "tranquilo", e que foi "bem acolhida e bem recebida". No geral, houve um número equilibrado de respostas positivas e negativas, ainda apontando incerteza na qualidade do atendimento de saúde mental para pessoas trans. Entre as respostas, encontrou-se também algumas ocorrências de respondentes que relataram dificuldades nos atendimentos psicológicos ou psiquiátricos no âmbito público, tendo mais facilidade de acesso a esses tratamentos de forma particular. Em contrapartida, em alguns casos, os respondentes relatam não ter realizado atendimento do seu transtorno ou optaram por não responder a pergunta por ter traumas sobre o atendimento.

- Se desejar, deixe suas impressões sobre seu atendimento ou os motivos por não tê-lo procurado.

A maioria das respostas demonstrou ter participado de atendimentos e ter satisfação com estes, descrevendo as impressões como de "empatia", "rasuavel" (razoável) e "a minha dr (doutora) era maravilhosa". Além disso, dentre as respostas, percebeu-se o relato de "auxílio sobre os meus direitos" e que sempre "tem o suporte". Por outro lado, parte das respostas demonstrou não ter tido o atendimento ou descontentamento, descrevendo "demora no

atendimento e falta de médicos” e “falta de diagnóstico”. Ademais, foram relatados problemas no atendimento público do SUS e falta de auxílio médico. Percebe-se, então, que não são todos que têm acesso devido à saúde ou que há lugares que não se preocupam em proporcionar isso. Os relatos de falta de médicos, demora no atendimento e problemas de diagnóstico indicam deficiências no sistema de saúde que podem ser atribuídas à falta de recursos e investimentos, o que pode ser um reflexo da precariedade do sistema de saúde público.

- Você acredita que o atendimento de saúde mental para a população trans e travesti deve ser diferenciado de outros tipos de atendimento? Por quê?

Nesta questão houve opiniões equilibradas. Alguns respondentes acreditam que o atendimento da saúde mental deve sim ser diferenciado para pessoas trans ou travestis e levantaram questões como a necessidade de colocar profissionais capacitados para realizar o atendimento com esse público. Essas opiniões são expressas em respostas como “Sim (,) porque nós (nós) somos discriminadas”, “Sim, com certeza. Deveríamos ter um atendimento pelo sus (SUS) com profissionais que fossem capacitados e estivessem dispostos a nos atender. [...]” ou “Acredito que deva ser mais minucioso, pois sofremos violências diárias, inimagináveis!”. Também houve respostas negativas para o tratamento diferenciado para essa população como “Não tem que ser diferenciada. Tem que ter respeito de ambas as partes, cabe a sociedade manter o padrão de respeitar um ao outro” ou “Não, deveriam tratar todos iguais”.

Sendo assim, percebe-se que, apesar de existir equilíbrio entre as respostas, sendo metade afirmando que deve haver diferenças e a outra metade dizendo que não, todos os respondentes afirmam que é importante que o atendimento seja bom e respeitoso, isso para pessoas trans ou não.

- Você acredita que a população trans e travesti possui acesso adequado aos serviços e saúde mental? Por quê?

Uma parcela das respostas discorda da pergunta, com a afirmação dos respondentes de que os serviços de saúde necessitam de mudanças para poderem atender melhor a população travesti e trans - sejam essas mudanças na infraestrutura ou na requalificação de profissionais da área. Respostas como “Não possui (possui) acesso, pela dificuldade de encontrar e qnd (quando) encontra não são profissionais capacitados pra (para) lhe dá (lidar) com a gente”, e também “[...]”

falta de mais lugares e profissionais, [...] lugares super lotados (superlotados)” afirmam a conclusão apresentada anteriormente. Entretanto, há pessoas que discordam dessa posição, afirmando que os serviços atuais brasileiros de saúde mental estão qualificados e aptos para atender esse público: “Tem acesso fácil sim, por que (porque) eles procuram acolher sempre e com muito cuidado”, o que demonstra uma dualidade nos resultados e na opinião dos entrevistados.

- Caso positivo na resposta anterior (“Você vê nos municípios programas de promoção de saúde mental voltados à população travesti?”), já participou de algum destes programas? Qual sua opinião?

Dentre os respondentes, a maior parte já participou dos programas de promoção de saúde mental voltados à população trans e travesti e citaram alguns, como o Missão Sal, o Trans Cidadania e os espaços para a comunidade LGBTQIA+ nas UBSs. As experiências relatadas por quem já participou dos programas foram positivas e descreveram-os como “bem organizados” e que “ajuda muito, nos acolhe e nos mostra um caminho melhor de ajuda”.

Em relação aos respondentes que não participaram dos programas, há relatos como “Não temos oportunidade de participar ou dar nossa opinião. Como já havia dito, somos excluídos pela sociedade racista e preconceituosa” e “[...] no sus (SUS) está demorando um pouco para *mim ter* o atendimento adequado, porém já passei no psiquiatra que me deu meu prodignotico (prodiagnóstico) eu estou tomando meus medicamentos”, o que demonstra que, mesmo que existam tais programas, não são todas as pessoas trans ou travestis que têm acesso e oportunidade de participar dessas atividades e podem acabar recorrendo ao atendimento particular.

- Que ações ou iniciativas você acredita que melhorariam o atendimento de saúde mental para a população trans e travesti?

Nessa questão, a maioria das pessoas concordam que são necessárias melhorias no atendimento de saúde mental para a população trans. Para as respondentes, iniciativas como a melhora na qualidade do atendimento público, um direcionamento para pessoas trans e travestis e a conscientização e respeito a essa comunidade são algumas das melhorias propostas. Respostas como “[...] respeito a esta população por parte da população por parte dos políticos dos poderes

públicos [...]”, “atendimento direcionado a essa população”, “precisa de cultura ” e “muito estudo.” demonstram as iniciativas propostas pelas respondentes.

4.3 Pesquisa Qualitativa

Após a análise da pesquisa quantitativa, outro método utilizado para a coleta de dados foi por meio da pesquisa qualitativa, que visa compreender e interpretar as respostas dos indivíduos de forma mais subjetiva e complexa, e também explora as percepções e experiências dos respondentes dentro do tema proposto.

Neste relatório, a coleta de dados se deu por meio da análise da Semana de Empregabilidade Trans, que permitiu a obtenção de insights e uma compreensão abrangente sobre o mercado de trabalho atual com o viés da saúde mental de pessoas trans.

4.3.1 Análise da Semana de Empregabilidade Trans

A primeira palestra ocorreu na segunda-feira, dia 8 de maio, e teve como convidada Guadalupe Pereira, uma mulher transgênero que, atualmente, trabalha como *trainee* no Banco Itaú. Em sua jornada profissional, ela, que se encontra no oitavo semestre de Comunicação e Publicidade na Escola Superior de Propaganda e Marketing, abordou muitos pontos sobre sua experiência pessoal ao se inserir no mercado de trabalho. Dentro delas, Guadalupe comenta sobre como a identidade social das pessoas pode facilitar ou dificultar a ocupação delas em diversos espaços, em como o mercado de trabalho costuma resumir pessoas trans somente a seu gênero, e também abordou sobre a intenção atual do mercado de trabalho ao inserir pessoas transgênero dentro de suas organizações.

A palestra de terça-feira, dia 9 de maio, teve as presenças ilustres de Neon Cunha e Gabriela Augusto, ambas mulheres trans que trazem em seus discursos a importância do respeito à diversidade de gênero e à luta pelos direitos das pessoas trans. Durante seu discurso, Neon, uma das maiores ativistas LGBTQIAP+, comenta sobre a grande dificuldade da sociedade em aceitá-la como mulher, e assim, por consequência, ela discute como a única forma dela ser reconhecida dentro da sociedade é sendo trans. Além disso, Neon levantou, em suas falas, questionamentos acerca do conceito de privilégio dentro da vivência trans, e comenta sobre como

esses privilégios são, em sua totalidade, direitos básicos anteriormente negados. Da mesma forma, Gabriela, fundadora e diretora da consultoria “Transcendemos”, trouxe em suas falas diversos aspectos sobre como o mercado de trabalho atual funciona e a postura que essas empresas devem adotar ao escolherem ser inclusivas, tendo como base a audiência almejada e os discursos propostos.

No encerramento, o convidado foi Bernardo Gonzales, colunista do canal Mídia Ninja e professor da rede pública do Estado de São Paulo, além de ativista. Em seu discurso, o palestrante comenta sobre o papel das escolas em orientar jovens transgêneros e destaca o preconceito existente dentro das salas, muitas vezes originado mais pelos educadores do que pelos próprios alunos. Outro tópico abordado foi a falta de preparo dos hospitais e ambientes de saúde para com pessoas transgêneras, que muitas vezes precisam se adaptar ao sistema atual para garantirem cuidados fundamentais.

4.3.2 Empregabilidade

Diante das perguntas feitas e das respostas que analisamos, é perceptível que há uma relação com a empregabilidade trans. Relacionando com a autora Luma Andrade, a maioria das políticas públicas direcionadas a travestis e pessoas trans é somente sobre a prevenção de doenças e o combate à exploração sexual, deixando de lado as políticas de inclusão dos mesmos no âmbito educacional e no mercado de trabalho (ANDRADE, Luma. 2012, p. 226). O que é perceptível nas respostas da pergunta sobre “Você vê nos municípios programas de promoção de saúde mental voltados à população travesti?”, já que grande parte dos respondentes sentem-se bem com a promoção de saúde mental ofertados pelo município, comprovando o ponto de que essas políticas são diretamente focadas em saúde.

Em nossas análises das respostas da pergunta “Você acredita que o atendimento de saúde mental para a população trans e travesti deve ser diferenciado de outros tipos de atendimento? Por quê?”, alguns respondentes expressaram a necessidade de um atendimento diferenciado na saúde mental para pessoas trans ou travestis, levando em consideração a discriminação e violências que enfrentam. No entanto, também houve respostas que defendem o tratamento igualitário para todos, baseado no respeito mútuo. Associando essas respostas com o artigo "Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis"

destaca a escassez de pesquisas e diretrizes específicas para o atendimento dessas pessoas, afetando sua vida de diversas formas (Adams; Cahill; Ackerlind, 2005). A falta de estudos sobre transição de gênero e orientação de carreira pode refletir a falta de financiamento e preocupação por parte de grandes organizações, impactando indiretamente a saúde mental e o bem-estar das pessoas transgêneras. Os dados coletados evidenciam a necessidade de uma abordagem mais atenta e especializada no atendimento e pesquisa voltados para a população trans ou travesti.

Na pergunta sobre o atendimento a partir do transtorno mental das pessoas, as opiniões dos entrevistados variam, com algumas avaliações positivas e outras negativas. Algumas pessoas descrevem o atendimento como falta de respeito, terrível e desafiador, enquanto outras o consideram bom, tranquilo e acolhedor. Essas divergências geram incertezas quanto à qualidade do atendimento para pessoas trans. Outras respostas destacam as dificuldades em obter tratamento no sistema de saúde pública, levando-os a buscar cuidados particulares. Alguns entrevistados relatam não ter recebido tratamento ou preferem não responder devido a experiências traumáticas anteriores. Tendo como relação a tese de doutorado de Simone Nunes “FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo”, a compreensão ampla do conceito de "trans", proposto por Aimar Suess, é um avanço na visibilidade e inclusão de pessoas travestis, transexuais e transgêneros ao reconhecer que cada indivíduo tem o direito de auto definir sua identidade de gênero, o que é fundamental para promover a igualdade e respeito dentro da sociedade (ÁVILA, 2014).

5. RELAÇÃO COM OS ODS

Após apresentação e análise dos dados coletados na pesquisa, é preciso colocá-los sob a ótica dos ODS, a fim de atingir os objetivos propostos pela pesquisa. Nesta seção, serão criadas relações entre o que se estabelecem nos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 5 (Igualdade de Gênero) e 10 (Redução das Desigualdade) com os dados e análises coletados nas pesquisas quantitativa e qualitativa, resultando numa visão que entende a realidade do grupo selecionado de pessoas trans e travestis tendo em vista as metas e conceitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

5.1 Objeto de Desenvolvimento Sustentável 3: Saúde e Bem-Estar

Nos dados coletados, percebe-se que o ODS 3 tem forte relação com o que é perguntado pela pesquisa quantitativa. No questionário, as perguntas englobam as vivências das pessoas trans na busca por acesso à saúde, com enfoque na saúde mental, sendo diretamente relacionado com a meta do ODS de proporcionar saúde de qualidade e bem-estar para todas as pessoas. De mesmo modo, o tratamento de transtornos mentais e atendimento psicológico abordados na pesquisa se comunicam com a garantia desses objetivos serem alcançados.

De qualquer forma, nas respostas se revela a realidade do acesso à saúde mental pela população trans, explicitando principalmente um caráter discriminatório à comunidade, que vai contra o que se busca pelo objetivo 3. Neste, entende-se no tópico 3.8 que se procura uma “cobertura universal de saúde”, de modo que se tenham cuidados médicos “eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos”. Logo, a inclusão de pessoas transgêneras dentre os atendidos pelo sistema de saúde, garantindo cuidado especializado e inclusivo, é chave para que se atinja o que se busca.

Nas respostas percebe-se que ainda tem importantes marcos a serem atingidos na procura por um acesso igual à saúde, começando pelas formas de tratamento e inclusão. Dentro destas, têm-se o respeito com o nome e tratamento correto dos indivíduos atendidos como crucial para uma saúde inclusiva e informada, dado que, como apresentado pelo questionário com 92,6% das pessoas tendo seu nome social respeitado e 7,4% não tendo, ainda se vê um desfalque no uso do nome social de quem recebe auxílio médico mesmo se tendo um número alto de respeito. Por outro lado, a pesquisa indicou que apenas 77,8% utilizam seu nome social ao se apresentar nos centros de saúde, demonstrando que 22,2% ainda não sentem que podem ou devem se apresentar com este nome nestes centros. O erro na identificação e forma de se referir à população trans é uma barreira na construção de uma cobertura universal, desencorajando a comunidade a buscar os meios de saúde além de não percebendo suas existências com respeito.

De mesmo modo, para a realização do ODS 3 e garantia do respeito aos nomes e identidades da população trans, têm-se como crucial o conhecimento de gênero pelos profissionais da saúde. A incompreensão da identidade de gênero pode ser um dificultador no atendimento e relacionamento corretos entre profissional e paciente, dado visto na pesquisa tendo 65,4% dos respondentes relatando que se sentiram incompreendidos pelos profissionais de saúde perante suas respectivas identidades de gênero. Assim, entende-se uma inconformidade com as

metas do ODS 3, sendo a falta de conhecimento de gênero um impeditivo no atendimento de saúde mental especializado.

Além da tentativa de criar um ambiente de inclusão que encoraje e facilite o tratamento médico, a pesquisa também revelou discordância na percepção de médicos capacitados para o atendimento de pessoas trans. Nos resultados coletados, viu-se que 51,9% não acredita que se tenha um número suficiente de profissionais da saúde mental capacitados para atender a população trans e travesti, demonstrando que mais da metade dos respondes percebe essa falta. Do mesmo modo, nota-se nas respostas de Bernardo Gonzales, na Semana da Empregabilidade Trans, que a falta de preparo dos profissionais de saúde também foi visto na experiência do palestrante, exemplificando a falta de informação quando se tratam de corpos trans. A pouca presença de profissionais capacitados impede com que pessoas trans tenham acesso a um cuidado médico de qualidade e especializado nas suas especificidades da saúde, sendo uma barreira no alcance do terceiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável que promove amplo acesso à saúde para todos, incluindo suas individualidades.

Adicionalmente, a pesquisa revelou experiências variadas na busca por auxílio na saúde, incluindo grande insatisfação. Dentre os relatos de atendimento a partir dos transtornos mentais descritos, percebeu-se uma mesma quantidade de respostas positivas e negativas, apontando ainda um grande descontentamento com o sistema de saúde. Nos dados, também se encontraram reclamações de demora no atendimento e falta de médicos e diagnósticos, todos problemas que são enquadrados dentro do ODS 3. Dessa forma, percebe-se que há população trans e travesti ainda tem dificuldade de encontrar atendimento para saúde mental de qualidade, demonstrando significativa relação com o ODS 3, que promove o atendimento de qualidade e a garantia de diagnóstico.

Além disso, dentro dos apontamentos feitos em relação aos atendimentos, houveram relatos da necessidade de buscar auxílio pelos meios privados, não conseguindo encontrar a ajuda de qualidade nos meios públicos. A dificuldade de acessibilidade a um sistema de saúde de qualidade se encaixa dentro do que se busca pelo Objetivo 3, entendendo que o sistema privado não atende a uma grande parcela da população. Assim, têm-se que o atendimento de qualidade ainda é inacessível para uma parte da população trans, tendo que não se pode confiar sempre que o sistema público entregará um serviço adequado, demonstrando a relação com o ODS 3 visto que busca eliminar a falta de acessibilidade na saúde.

Finalmente, entende-se que os dados do grupo de pessoas trans selecionado se relacionam com o ODS 3 por representarem o acesso destas pessoas à saúde mental. Logo, têm-se uma melhoria no estado de saúde, tendo várias respostas divididas pela metade, mas ainda se demonstra uma grande falta na capacitação de profissionais, cobertura e acesso universais, e inclusão de pessoas trans e travestis no atendimento de saúde mental.

5.2 Objeto de Desenvolvimento Sustentável 5: Igualdade de Gênero

Na questão que coloca em cheque se o atendimento à população trans e travesti é efetuado por uma equipe multidisciplinar pode-se relacionar ao ODS 5, que visa promover a igualdade de gênero, reconhecendo a importância de eliminar todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas em todas as partes, nas suas interseções com identidade de gênero.

A partir da avaliação dos respondentes sobre a forma de aplicação e qualidade das ações de promoção de saúde mental ofertados para a população trans e travesti no município, é possível destacar que, mesmo a maioria das avaliações como “boa”, ainda se vê 25,9% das respostas são dadas como “ruim”, demonstrando que se promove medidas que preveem uma maior igualdade para pessoas trans e travestis no ODS 5 mas ainda não se alcançou uma estabilidade entre os respondentes.

A questão aberta, que tem como finalidade ouvir as experiências de pessoas trans com atendimento em serviços de saúde ou até mesmo os motivos por não terem o procurado, pode-se relacionar ao ODS 5, pois analisando o recorte brasileiro, muitos respondentes apresentaram problemas que se relacionam à igualdade de gênero, e isso inclui a diversidade de gênero.

O ODS 5 está relacionado à questão da pesquisa que questiona se há a necessidade ou não de atendimento de saúde mental diferenciado para pessoas trans e travesti pelo motivo de que se relaciona com a Igualdade de Gênero, e de acordo com o recorte brasileiro sobre o tema, as identidades de gênero estão incluídas. E quanto à questão que pergunta se a população trans e travesti possui acesso adequado aos serviços de saúde mental, o ODS 5 conecta-se justamente por ser uma questão que, a partir das respostas obtidas, percebe-se que se trata de Igualdade de Gênero, principalmente pela Meta 5.c, “Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação – em todos os níveis federativos – nas suas

intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.”, algumas respostas, como “Não possui (possui) acesso, pela dificuldade de encontrar e qnd (quando) encontra não são profissionais capacitados pra lhe dá (lidar) com a gente”, confirmam a conclusão de que a falta de profissionais capacitados para lidar com uma população retrata uma desigualdade, sendo essa de gênero por se tratar de pessoas transgêneras.

A partir das respostas obtidas na questão que deixa em aberto para os respondentes relatarem se já participaram ou não de programas de promoção de saúde mental específicos para a população trans e travesti nos municípios, conecta-se o ODS 5, visto que as ações são medidas para tentar alcançar uma maior igualdade nos níveis de saúde mental entre pessoas transgêneras relativo a pessoas cisgêneras.

Ao colocar em pauta quais ações ou iniciativas os respondentes acreditam que melhorariam o atendimento de saúde mental para a população trans e travesti, pode-se relacionar com o ODS 5, de Igualdade de Gênero, de acordo com o recorte do Brasil. Pode-se notar este panorama através das falas de grande parte dos entrevistados que esboçam a necessidade de uma maior equidade no sistema de saúde brasileiro.

Na questão aberta que questiona como foi a experiência da pessoa no atendimento a partir de seu transtorno mental, há uma compreensão ampliada do conceito de "trans" que está diretamente relacionada ao ODS 5, que busca alcançar a igualdade de gênero. Reconhecer a diversidade de identidades de gênero e promover abordagens inclusivas é essencial para combater o estigma, a discriminação e as desigualdades enfrentadas pela população trans, e o reconhecimento de variadas identidades de gênero é possível a partir do recorte que o Brasil faz ao redor do tema.

5.3 Objeto de Desenvolvimento Sustentável 10: Redução das Desigualdade

O respeito à utilização do nome social em atendimento de unidade de saúde enquadra o ODS 10 Redução das Desigualdades por conta do recorte que prega o empoderamento de todos e o uso do nome social empodera pessoas trans. Isso consta na Meta 10.2, “Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades,

independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra.”. A Meta 10.3 também deve ser citada, onde prega a garantia de igualdade de oportunidades e redução das desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

A questão que aborda a ocorrência ou não de discriminação ou preconceito por parte de profissionais de saúde mental devido à identidade de gênero do paciente diz respeito ao ODS 10 pelo fato de se tratar da redução das desigualdades, e em sua meta 10.3, fica claro que faz parte do objetivo a eliminação de práticas discriminatórias. E isso se conecta a duas outras questões, primeiramente a que aborda que as pessoas trans relatam já terem deixado de buscar atendimento de saúde mental por experiências negativas próprias ou de outrem, e em segundo lugar, a questão de se há ou não um número suficiente de profissionais de saúde capacitados para atender a população trans e travesti.

Foi analisado que a maioria da população trans indica receber atendimento multidisciplinar, enquanto há uma parcela que relata exatamente o oposto. Isso é um assunto relacionado com o ODS 10, pois tanto o atendimento multidisciplinar, quanto o objetivo da ONU visa reduzir as desigualdades dentro e entre países reconhecendo a questão social de toda a parcela da população afetada.

A maioria dos respondentes da pesquisa avalia as formas de aplicação e a qualidade das ações de promoção de saúde como boas ou regulares, e é possível associar a questão com o ODS 10, pois incentiva a redução das desigualdades.

A questão que possibilita a avaliação dos respondentes perante o atendimento ou motivos para não tê-lo procurado traz vários tópicos à tona, e estes podem ser relacionados ao ODS 10, pois objetiva assegurar a redução de desigualdades, que é exatamente o que causa essas impressões negativas por parte das pessoas trans. No subtópico 10.2, pretendem empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos independente do gênero.

Outra questão aberta é sobre a necessidade de atendimento diferenciado para a população trans e travesti nas unidades de saúde mental e é possível fazer a conexão com o ODS 10, pois as respostas negativas partem da procura à redução da desigualdade de gênero ao manter o atendimento atual, mas procurando melhoria dele, enquanto as respostas positivas também

querem a redução da desigualdade, porém por meio de um atendimento alinhado com os direitos humanos.

Quanto à questão que coloca em pauta se há ou não acesso adequado aos serviços de saúde pela população trans e travesti, é possível conectar o ODS 10 pelas respostas dos entrevistados, onde alguns trouxeram uma demanda sobre a capacitação profissional para especialistas na área, e outros como o sistema de saúde atual, de certa forma, já possui qualificações necessárias para atender essa parte da população. Isso tudo se relaciona a uma demanda para a redução das desigualdades.

A opinião dos participantes quanto a quando participaram (ou não) de programas municipais voltados à saúde mental está relacionada ao ODS 10, pois muitos não participam por não ter as mesmas oportunidades, apontando um desalinhamento com o objetivo da ONU que visa promover a inclusão social das pessoas, independente do seu gênero.

A população trans e travesti esboça a necessidade de uma maior equidade no sistema de saúde brasileiro, isso pôde ser identificado através de suas sugestões de melhorias para o atendimento de saúde mental para essas pessoas, logo, relaciona-se ao ODS 10.

6. CONCLUSÃO

A partir das pesquisas e análises efetuadas, foi possível concluir que a população trans e travesti ainda não é devidamente respeitada no âmbito social e de saúde mental. Como coletado na pesquisa, entende-se que houve uma melhora no alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 3, 5 e 10, de forma que parte dos dados contam com uma maior porcentagem favorável às causas. De qualquer forma, percebe-se um extenso caminho na busca por um sistema com equidade, que tenha um tratamento igual e capacitado para pessoas trans na saúde mental.

Nos relatos, percebeu-se uma grande procura por tratamento na área de saúde mental pelo grupo selecionado, ainda que não haja programas suficientes para suprir essa necessidade. A falta de programas direcionados para pessoas trans e travestis e de iniciativas de educação para informar os profissionais de saúde representa um problema na tentativa do alcance das metas da ONU. Deste modo, faz-se necessário que se desenvolvam políticas que regularizem a capacitação de profissionais para o atendimento de pessoas trans e garantam o acesso para essa população.

Nas análises construídas, entende-se a importância da promoção de saúde adequada para pessoas trans, revelando que esta auxilia na integração desse grupo na sociedade. Garantindo um acesso à saúde mental de qualidade, têm-se melhores condições mentais e emocionais para garantir oportunidades de emprego, qualidade de vida e educação, fazendo com que se tenha uma maior chance de integração no mercado de trabalho e reconhecimento como integrante da sociedade.

7. BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Andre. Direitos e garantias fundamentais dos transexuais. 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direitos-e-garantias-fundamentais-dos-transexuais/24550720>
9. Acesso em: 28 jun. 2023.

ANDRADE, Luma Nogueira de. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. Tese de Doutorado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2012.

ÁVILA, Simone Nunes. FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. 2014. 243 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BENEVIDES, Bruna. Precisamos falar sobre o suicídio das pessoas trans! 2018. Disponível em: <https://brasil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/>. Acesso em: 20 maio 2023.

GIL, Antônio. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

JESUS, Jaqueline. Orientações Sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos. Brasília: 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia alerta para o cuidado com a saúde mental. 2021. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/11997#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o,de%20toda%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20mundial>. Acesso em: 01/06/2023

MORAGAS, Vicente. Você sabia que pessoas trans e travestis têm direito a serem tratadas pelo nome social? 2018. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/voce-sabia-que-pessoas-trans-e-travestis-tem-direito-a-serem-tratadas-pelo-nome-social#:~:text=O%20Decreto%208.727%2F2016%20passou,sejam%20tratadas%20pelo%20nome%20social>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ONU Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 12 abril 2023.

ONU Brasil. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Acesso em: 12 abril 2023.

ONU Brasil. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 12 abril 2023.

ONU Brasil. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/10>. Acesso em: 12 abril 2023.

SANTOS, Karolyn; OLIVEIRA-SILVA, Lígia. Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/yxChpWPJynxSSZbZvP47nFH/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio de 2023

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Lei Estadual nº 10.948, de 05 de novembro de 2001. Institui medidas de combate à discriminação e de promoção dos direitos fundamentais de indivíduos e grupos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 06 nov. 2001. Art. 1º.

SÃO PAULO. Governadoria. Decreto Estadual nº 54.032, de 18 de fevereiro de 2009. Coordenação De Políticas Para A Diversidade Sexual Do Estado De São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 18 fev. 2009.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 27 jun. 2023.

UNICEF. O que são direitos humanos? 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/o-que-sao-direitos-humanos#:~:text=Os%20direitos%20humanos%20s%C3%A3o%20normas,tem%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%20eles>. Acesso em: 27 jun. 2023.

WHO. Mental Health. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Lei Federal Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2001.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Lei Federal Nº 10.708, DE 31 DE JULHO DE 2003. Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 jul. 2003.